

RECURSO ESPECIAL Nº 1.756.773 - RS (2018/0189615-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
RODRIGO DE FREITAS WINTER - RS089092
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854
PAOLA GRAVÍ DE AVILA - RS105253
RAFAEL MARTINY - RS105860
RECORRIDO : JOAO GONCALVES DE BARCELLOS
ADVOGADOS : MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067
FERNANDA HAILLIOT HABCKOST - RS083445
FELIPE SCHOPF PEREIRA - RS083507

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 287, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. CIENTIFICAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. NECESSIDADE. Inexiste óbice ao deferimento de alvará, em favor da própria recuperanda, de valores depositados em processo de execução que figura como autora, já arquivado. No entanto, ante as disposições do art. 64, da Lei 11.101/2005, impositiva a prévia cientificação do Administrador Judicial em relação aos valores a serem levantados, considerando a sua função fiscalizadora.

Precedentes desta Câmara.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 1022 do NCPC; e 22 e 64, Lei n.º 11.101/2005.

Sustenta, em síntese, a desnecessidade da intimação do administrador judicial sobre os resgates efetuados pelo recebimento dos créditos depositados em juízo.

Sem contrarrazões.

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 377/380, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, quanto à apontada violação do artigo 1.022 do NCPC, não assiste razão à recorrente, porquanto uníssona a jurisprudência deste STJ no sentido de que incorre a mácula quando clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia, revelando-se desnecessário ao magistrado rebater cada um dos argumentos declinados pela parte (Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; REsp 1.264.044/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; AgRg no REsp 1.245.079/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e AgRg no Ag 1.407.760/RJ, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. TAXAS CONDOMINIAIS. PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ EM SEDE DE REPETITIVO. SÚMULA 83 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

(...)

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1192304/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 23/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE TAXAS CONDOMINIAIS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 489 e 1022 do CPC/2015.

2. Agravo interno no recurso especial desprovido, com majoração de

honorários.

(AgInt no REsp 1669793/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 06/03/2018)

2. Na espécie, a Corte de origem, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela insurgente, entendeu pela necessidade de intimação do administrador judicial da recuperanda sobre o levantamento de valores.

Convém colacionar os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 290/291, e-STJ):

Adianto que é caso de manter a decisão de primeiro grau.

A decisão agravada determina que deve ser cientificado previamente o administrador judicial, quando for dado prosseguimento ao feito, quanto aos valores a serem liberados em favor da parte credora.

Acontece que compete ao administrador judicial conhecer de todas as ações de interesses da recuperanda, pois o advogado da empresa em recuperação judicial não possui poderes para determinar, em nome da massa falida, após o decreto de sua quebra, a destinação dos valores, os quais só podem ser definidos pelo administrador judicial.

Assim, a cientificação ao administrador judicial do saldo constante em depósito judicial, como condição de levantamento por alvará, é medida que se impõe por força do encargo e dos poderes conferidos ao administrador judicial.

Logo, a liberação de valores fica condicionada à comprovação pela parte agravante da cientificação do Administrador Judicial, em relação aos valores levantados e também quanto à existência de crédito pendente de pagamento, considerando a sua função fiscalizadora prevista no art. 64, da Lei 11.101/2005.

(...)

Vale ressaltar, por fim, que as informações juntadas em processos distintos ao presente, a exemplo do Tribunal do Rio de Janeiro, não tem o condão de alterar o presente julgamento, porquanto o que se pede à agravante é a prova da cientificação do administrador judicial referente a este processo.

Veja ainda, o seguinte excerto retirado do acórdão que julgou os embargos de declaração (fls. 330/331, e-STJ):

No que diz respeito à cientificação do administrador judicial para levantamento de tal quantia, nada a reparar da decisão, caracterizando a manifestação da parte como rediscussão da decisão, o que é vedado em sede de declaratórios.

Isso porque a cientificação do administrador tem o nítido condão de deixar o encarregado judicial ciente da existência de ativos a disposição da recuperanda, para que, nesta qualidade, possa determinar o fim a que deve ser destinado.

Portanto, compete ao administrador judicial conhecer de todas as ações de interesses da recuperanda, pois o advogado da empresa em recuperação judicial não possui poderes para determinar, em nome da massa falida, após o decreto de sua quebra, a destinação dos valores, os quais só podem ser

definidos pelo administrador judicial.

Assim, a cientificação ao administrador judicial do saldo constante em depósito judicial, como condição de levantamento por alvará, é medida que se impõe por força do encargo e dos poderes conferidos ao administrador judicial, não havendo falar em contradição.

Por fim, ressalta-se que as determinações emprestadas pelo juízo universal da recuperação judicial impõem tão somente que este juízo observe os regramentos que nos autos da recuperação foram impostos. Descabe neste feito, assim, tratar de pontos que se relacionem ao que fora convencionado quando da inauguração da recuperação judicial, o que dentro desse contexto não implica em violação ao disposto nos arts. 22 e 64 da Lei 11.101/2005.

Ocorre, com relação à fundamentação delineada pela Corte de origem acerca ausência de poderes do advogado da empresa "para determinar a destinação dos valores", não houve impugnação nas razões do recurso especial.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.")

Ademais, reexaminar o entendimento da instância inferior, conforme busca a ora agravante, demandaria revolvimento de matéria fático- probatória, inadmissível no apelo especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator